

TESOURA SELETIVA

Comissão do Orçamento corta R\$ 6 bilhões do PAC, amplia emendas e dobra fundo eleitoral

GABRIEL SARÓIA, DIMITRIUS DANTAS E VICTÓRIA ABEL
@globo / @dimitriusdantas / @victoriaabel

A Comissão Mista do Orçamento (CMO) do Congresso aprovou ontem a peça orçamentária da União para 2024 com um corte de R\$ 6 bilhões no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) — uma das principais apostas do governo Lula —, a reserva de um valor recorde para as emendas parlamentares e um aumento de 96% do fundo eleitoral em relação à disputa municipal de 2020. A votação foi simbólica, ou seja, sem registro nominal por parte de deputados e senadores. O texto ainda precisa ser aprovado no plenário do Congresso, o que está previsto para hoje.

No projeto enviado ao Legislativo, o governo havia previsto R\$ 61,3 bilhões para o PAC. Em um primeiro momento, o relator da Proposta de Lei Orçamentária (PLOA), deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), fez um corte de 27%, destinando R\$ 44,3 bilhões para o pacote de obras prioritário do Executivo. Com a iminência da derrota, o Palácio do Planalto entrou em campo para reverter a redução do montante, que acabou ficando em R\$ 55,4 bilhões.

Houve uma série de acordos que possibilitam ao governo executar esse Orçamento. Tivemos batalha muito grande para manter recursos do PAC e pedimos ao relator um teto de corte de R\$ 6 bilhões — disse o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), durante a sessão.

Para fazer uma recomposição de R\$ 11,1 bilhões no PAC, o relator cortou verbas de outras áreas do governo e também usou uma "gordura" de R\$ 6,3 bilhões decorrente de um salário mínimo menor que o previsto no projeto original do Executivo. O salário mínimo deverá ser de R\$ 1.412, e não R\$ 1.421, porque a inflação está mais baixa. Assim, o Executivo gasta menos com a Previdência e outras despesas vinculadas ao mínimo.

CAMPANHAS TURBINADAS
Após as negociações, o valor final do PAC coincide com aquilo que o Planalto considerava "aceitável", de acordo com o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). — Não é o ideal, mas é aceitável — disse Randolfe ao GLOBO.

O texto aprovado pela CMO inflou os valores previstos para o fundo eleitoral em 2024, ano de eleições municipais. No ano que vem o fundo para as campanhas contará com R\$ 4,96 bilhões. O valor é equivalente ao da eleição presidencial do ano passado e 96% maior que o de 2020, última campanha para prefeitos e vereadores, já em números corrigidos pela inflação. Na proposta enviada



Primeira etapa. Comissão Mista do Orçamento do Congresso aprovou ontem a peça orçamentária da União para 2024 em votação simbólica; texto-base ainda precisa ser votado no plenário da Casa

ao Congresso, o governo havia estipulado R\$ 939,3 milhões para o fundo. O acréscimo virá das emendas de bancada estaduais.

O valor foi apoiado pela cúpula da Câmara, o que inclui o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e a maior parte dos líderes partidários. Também conta com o endosso da maioria dos caciques de partidos. Mas enfrenta resistências no Senado, que costuma ter menos participação nas eleições municipais do que os deputados. Senadores defendem o montante de R\$ 2,5 bilhões, que seria o total de 2020 acrescido da inflação.

Além do PAC, o Minha Casa Minha Vida, outra vitrine do governo, sofreu cortes

O fundo foi criado em 2017 para compensar a proibição de doações de empresas para financiamento das campanhas, determinada dois anos antes pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Na primeira eleição sob esse modelo, a de 2018, o fundo contou com R\$ 1,7 bilhão.

O texto aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento também prevê o montante recorde de cerca de R\$ 50 bilhões para as emendas parlamentares, com aumento de quase R\$ 13 bilhões frente aos R\$ 37,6 bilhões propostos pelo governo e pelo Senado.

Em meio à disputa entre o governo e o Congresso pelo controle do Orçamento, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que o texto preparava "embosca-

ESTICA E PUXA

O cabo de guerra entre o governo e o Congresso em torno do Orçamento da União para 2024



O que é a LOA
A Lei Orçamentária Anual define as receitas e despesas públicas da União para o ano que vem

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

O pacote de obras é uma das principais apostas da gestão Lula



NEGOCIAÇÃO
O relator, deputado **Luiz Motta** (PL-SP), fez uma recomposição de **R\$ 11,1 bilhões** na verba. Assim, o PAC terá um corte de aproximadamente **R\$ 6 bilhões** em relação à proposta original do governo

MINHA CASA MINHA VIDA

O programa habitacional é uma das vitrines do governo



FUNDO ELEITORAL

Recursos para o financiamento das campanhas municipais do ano que vem



EMENDAS PARLAMENTARES

Proposta do Governo



BRUNO SPAGIA / CÂMARA DOS DEPUTADOS



das" para a Presidência da República, por destinar mais dinheiro para os parlamentares empregarem em obras e programas em seus redutos eleitorais do que para áreas fundamentais.

— É um ajuntamento de última hora e mal feito. É uma bagunça orçamentária. En-

Relator.
Na reta final, Motta recompôs parte do PAC

plateia. Mas, quando o PAC foi lançado, criticou os valores e divulgações. Vossa excelência desrespeita a todos os parlamentares com a sua frase.

De acordo com a proposta aprovada ontem, R\$ 16 bilhões do valor reservado para indicação dos parlamentares irão para as chamadas emendas de comissão. Inicialmente, a previsão era de o montante para esse tipo de emenda ficasse em torno de R\$ 11 bilhões. O texto define ainda R\$ 11,3 bilhões para as emendas de bancada e R\$ 25 bilhões para as individuais. Outro programa prioritário do governo, o Minha Casa Minha Vida teve os valores previstos reduzidos: eram R\$ 13 bilhões e agora são R\$ 8,9 bilhões. Já o Bolsa Família passou intacto até o momento, com R\$ 170 bilhões, mesmo valor proposto pelo Executivo.

APELOEM VÃO

Na contramão do que acabou acontecendo, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, havia feito um apelo, no mês passado, para que parlamentares enviassem recursos de suas emendas para turbinar o PAC. Em vez disso, congressistas propuseram remanejamentos orçamentários que diminuiriam em cerca de 15% os recursos para o programa e permitiriam que deputados e senadores indicassem novos destinos por meio de emendas de comissão. Assim, os parlamentares poderiam ter mais controle sobre a aplicação do dinheiro público.

Após o relator do Orçamento apresentar um parecer cortando quase um terço do valor original do PAC, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, entrou no circuito para tentar preservar os investimentos do programa.

EDITORA DE ARTE

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 6